

Abreu não aceitará

economia

Sexta-Feira, 26/08/88

aumento de despesas

O ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, afirmou ontem que não abre mão dos objetivos estabelecidos para os cortes no orçamento da União para 1989. Ao ser indagado das críticas à operação desmonte, ele assegurou: "Admito remanejamentos internos no orçamento, não admito, porém, aumentar despesas".

O ministro conversou com os jornalistas no Quartel-General do Exército, onde foi para a cerimônia do Dia do Soldado. Ele adiantou que o orçamento está praticamente pronto, "estamos fazendo apenas alguns retoques e espero amanhã (hoje) ou no sábado que já tenhamos rodado o orçamento para levá-lo ao Presidente da República na segunda-feira.

Intriga

João Batista de Abreu desmentiu versões de que os cortes teriam afetado mais a área social. Para ele, "isso é uma intriga. Os cortes estão explicitados nos critérios que foram listados na última reunião ministerial e estão centrados, basicamente, em todas as ações do Go-

verno no âmbito dos Estados e municípios".

Ele disse que os cortes são, também, em cima de despesas que tenham como fonte impostos cuja titularidade foi transferida para Estados e municípios: "Outros cortes foram em projetos cuja performance ou avaliação feita não foram boas. Enfim, nós não fugimos um milímetro sequer dos critérios que foram estabelecidos, o resto é intriga", acentuou o ministro do Planejamento.

Depois de afirmar que tem a maior "boa vontade, compreensão e abertura" para com as sugestões dos ministérios, ele reiterou que não deixará, porém, de observar os critérios estabelecidos para os cortes. Indagado sobre que tem feito para neutralizar as pressões, ele respondeu que tem "explicado, debatido e conversado". Para o ministro, isso tudo "faz parte do processo democrático e não podemos ficar atemorizados com algumas pressões. Isso absolutamente não me abala, durmo da mesma maneira que dormia quando era um mero funcionário público. Não me abalo um segundo em minhas convic-

ções. Agora, o debate faz parte do processo democrático", disse.

Teto

Ele afirmou, ainda, que os cortes provocados pela operação desmonte representarão 1% do Produto Interno Bruto (PIB) e essa orientação será seguida. Foi perguntado ao ministro sobre cortes que teriam sido feitos no Ministério da Saúde, e ele respondeu: "Fixei um teto para o ministério. Aceito remanejamento interno, porque quem vai estabelecer prioridades é o ministro da saúde. Porém, o ministro não poderá ultrapassar o teto que foi estabelecido. Se o ministro da Saúde quiser passar suas dotações para esse ou aquele programa eu vou aceitar. Quem sou eu para discutir prioridades com o ministro da Saúde? Porém, se o ministro da Saúde me vier com proposta para aumentar o seu teto, eu não concordo".

Sobre a possibilidade de o Governo pagar a URP congelada em maio no próximo mês de setembro, o ministro disse que isso vai depender da performance da receita, "não há nenhuma decisão", acentuou.